



A Prostituição e o Poder Público no Brasil: avanços, retrocessos e conjuntura política

Autores: Nívia de Lima Peixoto, Lucas Bernardo Dias

Orientadora Prof^ª: Soraya Silveira Simões

INTRODUÇÃO

A relação entre a prostituição e a esfera pública não é recente. Relatos da participação de prostitutas na política e na vida pública compõem as muitas narrativas históricas acerca dos poderes instituídos. Apesar disso, ou talvez por isso mesmo, a prostituição é considerada um tabu, tornando-se objeto de repressão e controle em vários países. No Brasil, a atuação do Estado na gestão da prostituição se caracteriza pela ambiguidade. Embora não criminalizada, a prostituta está envolta em relações que, estas sim, figuram no Código Penal, como crime (SIMÕES, 2010; SENRA, 2013, p. 56-61). sim, figuram no Código Penal, como crime (SIMÕES, 2010; SENRA, 2013, p. 56-61).



OBJETIVO: O presente trabalho buscou trazer ao debate a luta de um movimento social frente as mudanças na conjuntura política e a sua reorganização diante de novas pautas de luta.

METODOLOGIA: O procedimento metodológico empregado buscou tratar de discussões atuais, aplicando pesquisas bibliográficas e consultas a acervos particulares e arquivos públicos.

MOVIMENTO SOCIAL

As primeiras manifestações surgem ao final da década de 1970. A trajetória de luta e as articulações são circunstancialmente ampliadas ao decorrer dos anos 1980. O envolvimento cívico e a redemocratização do País influenciaram no surgimento de uma nova identidade de grupo disposto a pleitear o direito à cidadania.. As prostitutas, de objeto, passam assim a serem sujeitos do discurso, reivindicando direitos e constituindo sua própria "identidade política" (SIMÕES, 2010). Esta nova conjuntura ganhou força e legitimidade, possibilitando a criação daquilo que viria

Apoio:



se tornar a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), dando assim início a uma série de iniciativas destinadas à categoria em âmbito nacional. As ações desse sujeito político – o movimento brasileiro de prostitutas – e a participação crítica em encontros nacionais e internacionais foram essenciais para a reivindicação de direitos em prol de sua (re)afirmação social, por garantias trabalhistas e ao acesso à cidade, abrindo um novo precedente acerca do debate e discussão acerca da atividade, algo, até aquele momento, nunca antes visto na sociedade brasileira.

1º Encontro Nacional de Prostitutas



Rio de Janeiro, Julho/1987



Foto: Assessoria FG. Agosto/2017

CONJUNTURA SOCIOPOLÍTICA

Nos últimos tempos, a grande atuação de outrora e, sua significativa participação no encadeamento de melhorias e conquistas sociais vem sendo obscurecida pela ascensão de forças contrárias aos trabalhos que, até então, vinham sendo desenvolvidos. Os impulsos moralistas emanados pelo Congresso Nacional, em particular aqueles demandados por bancadas religiosas, atualmente, vêm exercendo uma forte pressão e influência sobre as ações adotadas e planejadas, utilizando-se de artimanhas para barrar o curso de iniciativas e políticas públicas. O atual e delicado cenário político brasileiro, atravessado por muitas tensões e rupturas, vem sendo marcado pela intensificação de discursos enviesados por uma lógica estigmática.

O atual e delicado cenário político brasileiro, atravessado por muitas tensões e rupturas, vem sendo marcado pela intensificação de discursos enviesados por uma lógica estigmática. Esta conjuntura é acompanhada pela configuração de um quadro de conflitos demarcados pelo surgimento de movimentos que buscam impor sua agenda de vitimização, adotando em sua retórica a criminalização da atividade.

2017 - Celebração dos 30 anos do Movimento Nacional de Prostitutas



Fonte: Ingrid Barros. Set/2017

RESULTADOS

Neste cenário marcado por grandes incertezas é evidenciado o florescimento do conservadorismo, do radicalismo político-ideológico e religioso. Os tímidos progressos em relação a políticas públicas, a morosidade das instituições oficiais e a existência de uma legislação ineficiente e antiquada a nova realidade social, são alguns dos problemas que as prostitutas têm pela frente. O atual enfrentamento ao atendimento de certas demandas ameaça direitos já adquiridos, tornando algumas práticas completamente inseguras e marginais, relegando aos seus sujeitos uma cidadania de 2ª classe, a partir da privação dos direitos mais elementares. Estas condições intensificam ainda mais a luta em prol de respeito, direitos e cidadania. Ressalta-se que, apesar destas adversidades, o Movimento mantém-se ativo, resistindo bravamente à luta política, reivindicando sua causa e construindo novos espaços de debate. É um momento para se pensar, rever conceitos, reavaliar conquistas e criar novas estratégias de batalha.

BIBLIOGRAFIA:

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da vila**: prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis: Vozes, 1996. 283 p.

SENRA, Márcio. **A prostituição no Brasil no século XXI**: razões para sua regulamentação. 2013. 407 f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). **Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-134

SIMÕES, Soraya Silveira. Identidade e política: a prostituição e o reconhecimento de um métier no Brasil. **RAU: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, São Carlos, v. 2, n. 1, p. 24-46, jan.-jun. 2010

_____. Trabalho sexual não é crime: Criminalização das relações de trabalho nesse universo laboral põe milhares de homens e mulheres à margem dos direitos garantidos a todo trabalhador. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 ago. 2015. Opinião. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniaao/trabalho-sexual-nao-crime-17099547>>. Acesso em: 02 jun. 2017.